

**Resenha do Livro “Mães de Maio: do Luto à Luta”, por
Movimento Mães de maio, apoio Fundo Brasil de Direitos
Humanos,**

http://media.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/05/06/livro_maes_de_maio.pdf

O livro *Mães de Maio: do Luto à Luta!* se autodenomina, em sua introdução, como um livro diferente dos comuns, vendidos usualmente nas livrarias. “Do luto à Luta” revela mais que a voz de mães paulistas que perderam seus filhos em confrontos com policiais da cidade, coloca-se como uma luta “pela memória, verdade, justiça e liberdade, não apenas de nossos tão amados Filhos e Filhas, mas por toda a Sociedade. Uma sociedade verdadeiramente sitiada, uma ditadura perpetuada que vitimou nossos filhos, cuja memória e inspiração são nosso alimento cotidiano para lutar por uma verdadeira e melhor Coletividade: Para Todos(as)”¹.

Segundo o relato, a polícia de São Paulo matar, extorquir, torturar e prender dentro da realidade das periferias e áreas de alegada carência segue acontecendo de forma cotidiana, sobretudo contra negros e pobres sob a forma de “auto de resistência” ou “resistência seguida de morte” e seguidamente tratados como “suspeitos”, “bandidos” ou “integrantes do PCC”. Entre os dias 12 e 20 de Maio de 2006 foram mais de 500 pessoas assassinadas no estado de São Paulo, em sua maioria jovens que hoje constam como mortos ou desaparecidos, e da dor dos parentes e amigos das vítimas surgiu o movimento.

O movimento *Mães de Maio da Democracia*, partilha em comum entre seus participantes o fato de não serem pessoas ricas e nem ocuparem nenhum cargo

¹ p. 12

de poder. Seu início se deu a partir da retirada violenta de seus filhos ou filhas do convívio familiar por agentes do Estado e/ou por Grupos de Extermínio ligados a ele que, em regime “dito” democrático decretaram a pena de morte de seus filhos por considerá-los “suspeitos”, pessoas descartáveis. Além de lutar pela punição dos responsáveis pelas mortes, se dizem lutar para que esse tipo de ocorrência não aconteça mais com ninguém na sociedade.

Em um primeiro momento, busca-se mapear as mortes que acontecem e explicitar o que foram os crimes ocorridos em Maio, mas dessa vez com as próprias palavras na construção do discurso, por pessoas que vivem “na pele” a realidade dessas localidades.

Segundo o “Mapa da Violência de 2011”, divulgado pelo insuspeito Ministério da Justiça, entre os anos de 1998 e 2008, mais de 500 Mil pessoas foram assassinadas no país – sendo grande parte delas vítimas da violência policial. Conforme outra pesquisa, divulgada em 2009 pela Secretaria de Direitos Humanos, UNICEF e Observatórios de Favelas, a continuar no mesmo ritmo de violência, mais de 33.5 mil jovens serão executados no Brasil no curto período de 2006 a 2012.²

Em geral, os estudos apresentados apontam para o fato de que os jovens negros no Brasil têm uma chance três vezes maior de serem executados do que os jovens brancos. Além desse fato, aponta-se também para um índice altíssimo de mortalidade, sob a responsabilidade da polícia militar, dentre esses, o incidente ocorrido entre os dias 12 e 20 de Maio de 2006. Sob a ótica das *Mães de Maio* os ataques ocorridos nesse período foram colocados como responsabilidade do *Primeiro Comando da Capital* por uma construção da dita grande imprensa, e as 493 pessoas que hoje contam como desaparecidas ou

² p.18

mortas resultaram de uma onda de violência cínica e mentirosa da polícia militar em resposta aos ocorridos. Um acontecimento que vitimou, sobretudo, jovens pobres – negros e afro-indígenas – executados sumariamente por policiais e grupos de extermínio ligados ao Estado. A *Rede Contra Violência*³ - explicitada adiante - denominou esses tipos de acontecimentos como “A Era das Chacinas”, iniciada com a Chacina de Acari, em 1990, e nesse sentido ressalta-se que entre os envolvidos não há casos de investigação ou punição de policiais conforme orienta lei.

A partir do fato ocorrido no mês de Maio nasceu, então, essa rede de mães, familiares e amigos de vítimas da violência – principalmente policial – na cidade de São Paulo. O movimento tem a missão de por meio da justiça e da busca pela verdade em relação aos crimes contra as populações negras, pobres, indígenas e contra os movimentos sociais, “não apenas para os(as) mortos (as) e desaparecidos(as) dos Crimes de Maio de 2006, mas para todas as vítimas do massacre contínuo que o estado pratica historicamente no país. Nosso objetivo maior é construir, na prática e na luta, uma sociedade realmente justa e livre”⁴.

A principal realização enfatizada pelas Mães de Maio é o estabelecimento do verdadeiro nome do ocorrido naquele período, *Crimes de Maio de 2006*, não como fruto do PCC, mas como uma onda de violência e opressão do Estado contra as minorias pobres e ditas carentes de São Paulo. A bandeira do movimento é em torno do que essas mães chamam de *Federalização e Desarquivamento*, referente ao devido julgamento e punição dos responsáveis cujas investigações foram arquivadas. Além, relata-se que a luta se insere numa tradição de resistência dos oprimidos e oprimidas na sociedade com os quais o movimento se diz solidarizar.

³ <http://www.redecontraviolencia.org/>. Acessado em: 08/02/13

⁴ p.20.

Em um segundo momento do livro, iniciam-se relatos diversos referentes a algumas mães que perderam seus filhos. Revela-se importante a necessidade de mostrar sob sua própria ótica a realidade em que se inseriam as vítimas dos *Crimes de Maio*, em geral trabalhadores, jovens negros e pobres das periferias. Da própria voz das mães contam-se as histórias desde que receberam as notícias de morte ou desaparecimento até o encontro entre as famílias e amigos das vítimas em torno do movimento por justiça e acesso à verdade.

Os primeiros relatos referem-se às primeiras mães que se encontraram para iniciarem sua busca. Em São Paulo, encontraram a Ouvidoria da Polícia e o Condepe (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana de São Paulo). No segundo órgão, tiveram acesso ao livro "*Crimes de Maio*", uma lista dos mortos naquelas ocasiões. No decorrer dos textos, explicita-se que as mães investigaram por conta próprias e obtiveram indícios de que os responsáveis pela morte de seus filhos eram policiais, seja através de ligações telefônicas ou relatos de testemunhas. Ao questionar as autoridades, essas mães ouviam que quem havia matado os seus filhos era o *Primeiro Comando da Capital*. Coincidentemente, a maioria das mães relata a grande infelicidade de terem perdido seus filhos na mesma semana – algumas vezes no mesmo dia – da comemoração do Dia das Mães na cidade. Para além, por conta das investigações algumas delas já chegaram até a ter cenas de crime forjadas para irem presas, por conta de policiais que se esforçavam para que essas encerrassem o movimento.

Durante a obra, um dos textos de parentes das vítimas ocorre como fruto da pesquisa "*Desaparecidos de maio de 2006: uma história sem fim um desafio para o serviço social na perspectiva de direitos humanos*", apresentada pela então graduanda Adriana Szmyhiel na Faculdade de Serviço Social da PUCSP no TCC, em 14 de dezembro de 2007. A pesquisa objetivou contextualizar os acontecimentos ocorridos em São Paulo em Maio de 2006, para isso buscou-se

entender qual foi a ação dos serviços sociais buscados pelas famílias das vítimas e, na maioria dos casos, entendeu-se que o atendimento sucedeu com descaso e ações desarticuladas. O principal enfoque da pesquisa eram as pessoas desaparecidas, fato que, em resgate histórico, mostrou-se ocorrer desde as ditaduras brasileira e argentina com a mesma metodologia de desaparecimento forçado em ação de agentes do Estado. Para isso, a pesquisa discutiu a ação da ROTA – Rondas Ostensivas Tobias Aguiar – naquela semana de Maio e levantou dados importantes sobre a violência na cidade.

Segundo o Mapa da Violência dos municípios brasileiros, de autoria de Julio Jacobo Waiselfisz, editado em 2007 pela Organização dos Estados Ibero - Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), com o apoio do Ministério da Saúde do Brasil, as taxas do Brasil em relação a homicídios por habitantes é extremamente alta e assim, ocupa a quarta posição em ranking de violência. O mapeamento revela que os homicídios tendem a acontecer com jovens do sexo masculino com idade entre 15 e 24 anos de idade, negros e moradores de periferia, e é nesse contexto que ocorreram as principais violações dos *Direitos Humanos* em Estado democrático de direitos nos *Crimes de Maio*.

Fato muito importante a ser aqui destacado diz respeito aos locais onde ocorreram as mortes e os desaparecimentos destas pessoas. A maioria dos crimes aconteceu nos bairros pobres da periferia de São Paulo. Locais onde o Estado é ausente, regiões que representam setores censitários de índices que variam de vulnerabilidade social alta, e muito alta, onde constata-se baixa renda dos moradores, baixo nível de escolaridade, chefes de domicílio muito jovens e a presença significativa de crianças, além de serem regiões dominadas pelo tráfico de drogas⁵.

⁵ p. 35.

No mapeamento das atividades das ferramentas de Estado naquela semana revelaram-se levantamentos realizados por integrantes da “*Comissão Especial da Crise da Segurança Pública no Estado de São Paulo*” que constataram fortes indícios de execução nas mortes registradas como homicídio com autoria desconhecida, ou nos homicídios praticados por policiais registrados como “resistência seguida de morte”. Além disso, registrou-se também que não houve preservação do local dos crimes por parte dos policiais, comprometendo o trabalho da perícia. Quanto ao número de mortes, constata-se uma incoerência nos dados apresentados pelos órgãos do governo: o CREMESP (Conselho Regional de Medicina de São Paulo) contabiliza 493 mortes entre os dias 12 e 20 de Maio, já o Ministério Público atua com o número de 243 mortes, relacionadas efetivamente a semana dos acontecidos. Por sua vez, a Secretaria de Segurança Pública assume somente 140 casos, aqueles que foram registrados como “resistência seguida de morte”. O *Mães de Maio* considera válidas as estatísticas contabilizadas pelo Observatório das Violências Policiais⁶ que revelou: 194 mortes atribuídas a agentes policiais, 33 mortes de autoria da ROTA, 161 mortes de autoria da Força Tática, policiais civis, militares, e pessoas encapuzadas⁷.

A pesquisa reafirma a ideia de que em Maio de 2006, assim como nas ditaduras que ocorreram no Brasil e na Argentina, são os agentes do Estado que possuem a legitimidade de matar, exterminar, tirar a vida de outro ser humano e fazer desaparecer o corpo, visto que sem esse o crime deixa de existir. Constatou-se, a partir disso, que para tal legitimidade, a solução encontrada

6 O Observatório das Violências Policiais-SP é um sítio voltado para a documentação da violência institucional no Estado de São Paulo, revelada pela ação dos Policiais e de outros agentes do Estado contra as populações pobres das periferias urbanas. Contém um banco de dados de casos de violências (chacinas, execuções sumárias, torturas, mortes sob custódia, abuso de poder, injustiças) baseado essencialmente em notícias de cerca de 100 jornais (p. 41).

⁷ p. 37.

pelo Estado para continuar a exercer medidas de repressão e coerção, sem ser considerado injusto e autoritário, foi e tem sido a de criminalizar a pobreza, atuando de maneira violenta onde os pobres habitam.

Para reforçar essa ideia, a obra atenta para o fato de que nos traços de seu urbanismo a segregação espacial na cidade de São Paulo se revela como fator agregador das alegadas criminalização da pobreza e carência de recursos.

Segundo o professor Dr. Paulo Endo, mais de 85% dos moradores do município de São Paulo foram alvos do processo de marginalização e alijamento, causado por uma distribuição espacial que prioriza a periferação. Essas pessoas residem em áreas que não atendem aos critérios mínimos de inclusão social e vivem totalmente apartadas das regiões, onde se concentram os maiores benefícios. Tal distribuição vai demarcando áreas inteiras, sob a égide de interesses políticos, sociais e econômicos. Nessa perspectiva, se analisarmos os resultados da pesquisa do Cremesp e traçarmos os locais dessas mortes, em sua maioria ocorridas nas periferias, principalmente na região da zona Sul e Leste, com certeza identificaremos que as vítimas são oriundas de locais onde a ação pública é inexpressiva ou inexistente: são vítimas das ilegalidades das ações policiais porque são pobres, negras e moradoras dessas áreas de segregação⁸.

Em seguida, a pesquisa conclui-se revelando alguns casos de desaparecimentos forçados em Maio de 2006, levantando as semelhanças nas situações, à violação dos direitos humanos e o exercício arbitrário do autoritarismo por parte das autoridades de Estado. Nos relatos seguintes, evidencia-se frequentemente a dor sentida pelas mães no intuito de mostrar o lado não revelado pelas grandes mídias, já que os mortos foram enquadrados

⁸ p. 37.

como integrantes do crime organizado, suspeitos ou bandidos. Também é comum a maioria delas o apoio do CRAVI (Centro de Referência e Apoio às Vítimas) para reconstituírem suas vidas, ampararem suas dores e darem seguimento à “luta por justiça e pela verdade”.

Na seção intitulada “*Nossos Poetas*”, alguns artistas da literatura e grupos ligados a atividades culturais participam da obra com algumas poesias e textos. Alguns nomes conhecidos entre os autores, como Sérgio Vaz, GOG, Sarau da Brasa e Marcelino Freire – ligados também a projetos de literatura na periferia – contribuem com suas produções, mas em geral todos se preocupam em retratar as realidades da periferia, reforçar o discurso de alegada carência nessas localidades e dedicar suas palavras a vítimas dos *Crimes de Maio*.

A elite encontra-se nos grandes centros comerciais, rodeada pelas periferias que ela própria inventou. A periferia se arma e apavora a elite central. Nas guerras das armas, os ricos reprimem os favelados com a força do Estado através da polícia.

Mas agora é diferente, a periferia se arma de outra forma. Agora o armamento é o conhecimento, a munição é o livro e os disparos vem das letras.

Então agente quebra as muralhas do acesso, e parte para o ataque. Invadimos as bibliotecas, as universidades, todos os espaços que conseguimos, arrumar munição (informação).

Os irmãos que foram se armar, já estão de volta preparando a transformação. Mas não queremos falar para os acadêmicos, mas sim para a dona Maria e o seu José, pois eles querem se informar.⁹

O retrato da periferia é relatado de diversas formas pelas produções incorporadas ao livro, assim como as formas de descaso alegadas por eles - do

⁹ p. 53.

Estado em relação às regiões periféricas da cidade de São Paulo. A primeira contribuição apresentada é assinada por Sérgio Vaz, poeta e agitador cultural, que em suas palavras deixa claro o discurso de alegada carência da população na periferia, mas por outro lado retrata o valor que enxerga das pessoas que vivem ali, assim como o sentimento de pertencimento de morar nas ditas comunidades.

Em seguida, Marcelino Freire – escritor pernambucano e agitador cultural em São Paulo – discorre sobre a Paz, envolvendo tanto a dualidade centro/periferia no que diz respeito à distribuição de pobres e ricos geograficamente quanto à relação cotidiana entre comunidade e polícia. Nas palavras do autor, a logística da cidade se dispõe a fim de preservar a paz apenas para aquelas regiões em que vivem os ricos, a periferia é retratada como um verdadeiro inferno onde nem as crianças vivem de forma pacífica. A paz é colocada do lado oposto à realidade de quem vive nessas regiões ditas carentes e frequentemente retrata-se a dor da perda de um parente para a violência que atinge esses locais.

Autores diversos, na maioria das vezes participantes e moradores dessas comunidades relatam em suas palavras o descaso das autoridades como uma classe social esquecida, a falta de infraestrutura básica no que diz respeito à moradia, segurança, saúde e educação. Em um deles, escrito por Rodrigo Ciríaco, coloca-se em questão a ocorrência de doze incêndios em favelas na cidade de São Paulo no período de dois anos, além de alegar a possibilidade de ter sido proposital em nome de higiene social por parte das autoridades. Em geral, a contribuição dos poetas para o livro acaba por reforçar o discurso na produção da verdade em relação à carência da periferia, sendo a violência e o descaso das autoridades o assunto recorrente nas palavras da maioria dos poetas e grupos que contribuíram com seus textos.

No terceiro e última seção da obra, as *Mães de Maio* revelam “*Outros Parceiros*” que contribuíram pra obra, na maioria dos casos organizações e coletivos que relatam casos de violência de descaso com a dita classe esquecida pelo Estado em todo o país. A partir de um caso de quatro jovens mortos em operação policial na favela do Borel - bairro da Tijuca, Zona norte do Rio de Janeiro - um grupo de moradores da comunidade se juntou em busca da verdade e por justiça em relação às quatro vítimas inocentes. Em um primeiro momento o movimento autodenominou-se “*Posso me Identificar?*” – em alusão as últimas palavras ditas por uma das vítimas -, mas com a comoção popular e com apoio de outros movimentos sociais após manifestação na zona sul da cidade tornou-se mais amplo, e assim passou a denominar-se *Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência*, que luta, em suma, contra a violência policial.

Constituído em sua maioria por parentes de vítimas, integrantes de movimentos sociais urbanos e militantes dos *Direitos Humanos*, o movimento se diz ampliado pela unificação dos envolvidos nos casos de violência policial, desde o amparo de familiares até a compreensão da ação em conjunto pela mudança dessa situação.

Os policiais continuam a ser os principais responsáveis por tantas violações e crimes, mas cada vez mais outros tipos de agentes do Estado estão envolvidos: militares (como no caso da favela da Providência no Rio em 2008), bombeiros (muitos envolvidos em grupos paramilitares), agentes penitenciários, parlamentares (como os deputados e vereadores acusados de fazerem parte de quadrilhas armadas – “milícias” – no Rio de Janeiro), membros do judiciário. O corporativismo das instituições públicas, a corrupção e o tráfico de

influência deixam impunes a maior parte dos criminosos e estimulam que as violações continuem a ser cometidas.¹⁰

Para além, colocam-se diversas outras instituições em todo o país que reiteram o problema da violação dos *Direitos Humanos* por parte de agentes de segurança pública e que vêm realizando diversas mobilizações em território nacional a fim de aprofundar a organização na luta pela verdade, justiça e preservação da vida. Exemplos disso são casos como: a partir da Chacina da Baixada, em 2005, formou-se a *Associação de familiares de vítimas da Chacina da Baixada* (Afaviv, Nova Iguaçu e Queimados). No Estado de São Paulo, além do movimento *Mães de Maio*, devido a violações de direitos humanos em presídios e casas de detenção criou-se a *Amparar* (associação criada por familiares de pessoas em privação de liberdade). Já no Estado da Bahia, nos últimos anos foram criadas a *Associação de Familiares e Amigos de Presos e Presas* (ASFAP/BA) e a *Campanha Reaja Ou Será Morto(a)*. No norte do país, em Belém do Pará, surgiu o *Movida*, organização em que participam diversos familiares de vítimas de violência institucional. No Espírito Santo, encontra-se a *Associação de Mães e Familiares de Vítimas da Violência* (AMAFV). Em Minas Gerais, o *Grupo de Amigos e Familiares e Pessoas em Privação de Liberdade*.

Os textos dos parceiros que contribuem a seguir novamente reafirmam o estado de violência e carência na construção do discurso de verdade em relação a essas localidades. Em comparação com o movimento *Mães de Maio*, coloca-se em questão a democratização do país em contraposição ao, se não massacre pelas elites vistas em situação de perda de controle, pelo absoluto engessamento dos anseios das classes populares - assim como ocorreu na ditadura de 1964, os consequentes desaparecimentos e a organização de manifestações e movimentos em vista da justiça e da verdade.

¹⁰ p. 77.

Nesse mesmo sentido, relata-se as “*Madres da Plaza de Mayo*” que começaram a se mobilizar na Argentina em 1977 a fim de realizar uma audiência com o presidente Jorge Videla, chefe da junta militar que tomou o poder no Golpe de Estado de 1976, para saber o paradeiro de seus filhos e parentes sequestrados pelos militares dentro do processo de *Reorganización Nacional*, em meio a violenta ditadura. “O que une as Madres e as Mães, na Argentina e no Brasil, é a dor da perda dos filhos e a coragem na luta por justiça. Apesar das mentiras, das pressões e das ameaças, nunca desistiram de buscar a verdade”¹¹.

É importante ressaltar a recorrência de textos que focam na construção da verdade em relação ao caráter discriminatório racista e social da política criminal no Estado brasileiro. Coloca-se em evidência o conceito de segurança pública, que armada pelo aparato de controle penal e criminal, além do poder estatal da polícia se traveste em um processo seletivo de criminalização da pobreza. Além, no texto apresentado por Lio Nzumbi - graduado em Sociologia na Universidade Federal da Bahia e graduando em Direito, também pela UFBA – opta-se por usar o termo genocídio para tratar da execução sumária e encarceramento massivo de jovens negros e pobres no Brasil. No que diz respeito à realidade do estado da Bahia, o autor afirma que o cotidiano vivenciado pelas comunidades e favelas nas periferias das cidades e prisões evidencia as situações tratadas.

A política criminal "de tolerância zero" e a "guerra contra o terror" são produtos importados da tecnologia de segurança norte americana que devem ser adotados pelo Brasil se quiser manter o diploma da ONU de "país emergente". Não é à toa a idéia de implementação de políticas como privatização do sistema prisional, julgamentos por videoconferência e o regime disciplinar diferenciado RDD no Brasil. O jovem negro descamisado de fuzil na mão que hoje

¹¹ p. 97.

se coloca como inimigo público muitas vezes não conheceu nenhuma outra intervenção governamental fora a da polícia no bairro onde nasceu, mas agora tem câmera digital, rastreamento de celular, escuta telefônica, veículo blindado, tanque de guerra e todas as tecnologias das forças armadas brasileiras voltadas contra ele.¹²

Assim como na Bahia, parceiros contribuem para afirmar a questão da alta taxa de mortalidade de jovens negros e pobres no Espírito Santo. O que se destaca nesse estado é a dita institucionalização do processo de faxina étnica por parte das elites. Relata-se que em tempos anteriores as ocorrências criminais se ligavam estritamente aos interesses da classe dominante, que, por sua vez, integravam organizações criminosas. Exemplo disso, segundo o autor Luiz Inácio, é no próprio Espírito Santo a *Scuderie Detetive Le_Cocq*, extinta em 99 era responsável pelo processo que exterminava jovens negros e pobres supostos suspeitos de crimes. Mesmo com a extinção dessa organização a política de higienização segue ocorrendo no estado, e como afirma Inácio na construção de um discurso de verdade em relação à segregação de classes tanto espacial como étnica:

Isso demonstra que a gestão da política de segurança pública é desenvolvida por setores demasiadamente conservadores e racistas, que não estão preocupados em garantir o direito à segurança pública de forma universal, mas sim de livrar os seus pares de possíveis constrangimentos inerentes ao estado de violência vigente e marginalizar todos aqueles outros que verdadeiramente construíram a riqueza desse país. Esses setores que conduzem à gestão da segurança pública são taxativamente contrários à democratização dos espaços de discussão dessas políticas. Todas as instâncias que poderiam

¹² p. 113.

representar algum avanço na discussão e condução popular da política de segurança pública foram esvaziadas.¹³

Por fim, o autor reafirma a necessidade de resistência e organização da sociedade civil a fim de combater a violência dos agentes de segurança do Estado. Relata-se como inadmissível a possibilidade de inação perante o extermínio da população responsável por grande parte da história do país.

Dessa maneira, durante toda a obra é possível observar a necessidade latente transparecida por essa população no que diz respeito à sua alegada carência de recursos públicos, infraestrutura e cidadania. O “grito” colocado pelas *Mães de Maio* direciona o pensamento para, em geral, a construção de uma unidade em vista das ações de violência policial contra pessoas inocentes, na maioria das vezes pobres e negras. Dar voz a essas pessoas ditas esquecidas pelo poder estatal é prioridade na construção do livro, uma vez que o reconhecimento entre as pessoas que se ligam às vítimas e o sentimento de pertencimento a essas localidades é colocado à prova em todos os momentos.

¹³ p. 121.